

A pesquisa nos cursos de turismo e hotelaria¹

Maria Cristina Zerbo Rocco Lahr²
Universidade de São Paulo

Resumo

Estabelecer e divulgar o campo de pesquisa em hospitalidade se constitui em tempestiva providência para incentivar os acadêmicos dos cursos correlatos a se dedicarem às atividades de gerar e disseminar conhecimentos na área. Neste trabalho o objetivo é discutir os resultados de questionários aplicados em 2004 e em 2007 a graduandos e graduados dos cursos de turismo e hotelaria, os quais confirmam que a não delimitação do escopo é uma das razões para o pequeno interesse demonstrado pela pesquisa. Além disto, são incluídas as sugestões emanadas dos alunos consultados e que se constituem em valiosos subsídios para a delimitação do campo de estudo do turismo e da hospitalidade.

Palavras-chave: pesquisa; turismo; hotelaria.

1 Contextualização

O domínio do conhecimento, nas mais diversas áreas do saber, tem se constituído no principal instrumento para alavancar a economia de países emergentes, bem como para consolidar posições hegemônicas dos países considerados mais evoluídos.

Segundo alguns autores, em particular Cruz (2004), “a capacidade de uma nação de gerar conhecimento e converter conhecimento em riqueza e desenvolvimento social depende da ação de alguns agentes institucionais geradores e aplicadores de conhecimento”.

Os agentes integrantes de um sistema nacional de geração e apropriação de conhecimento são as universidades, o governo instituído e as empresas.

O Brasil experimenta, ao contrário de outras nações ditas emergentes, situação específica, uma vez que parcela essencial dos investimentos para gerar conhecimentos é

¹ Trabalho apresentado ao GT – Outras interfaces do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

² Formada em Tecnologia em Hotelaria pelo SENAC, mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi, doutoranda pelo programa de Pós-Graduação do Departamento de Engenharia de Produção da EESC – USP. Atualmente leciona em cursos de Turismo e Hotelaria. E-Mail: mczrl@uol.com.br.

proveniente de instituições públicas, ligadas principalmente a duas instâncias de governo, a federal e as estaduais.

Ainda de acordo com Cruz (2004), fazendo uma comparação entre o Brasil e a Coreia do Sul, em 2001, o Brasil dispunha em torno de 125.000 profissionais (perto de 0,1% da população) envolvidos com ciência e tecnologia, sendo 72% em universidades, 5% em institutos de pesquisa e 23% em empresas, contra 160.000 na Coreia (perto de 0,3% da população), sendo 32% em universidades, 9% em institutos de pesquisa e 59% em empresas. Nesta mesma direção, os investimentos se mantinham praticamente proporcionais ao número de profissionais envolvidos. Fica muito claro entender pelo menos parte das razões que conduziram à Coreia a uma posição de maior destaque que o Brasil, nos termos aqui tratados.

Neste contexto, no que diz respeito ao objetivo do congresso onde o presente trabalho estará sendo apresentado, é inegável que é muito mais provável que se consiga estabelecer os recortes temáticos para a pesquisa em turismo e hotelaria com a ação explícita dos agentes ligados às universidades. Entretanto, não se deve perder de vista que as demais instâncias envolvidas precisam ser não apenas consultadas, mas se tornar como partícipes efetivos, para que todo o esforço acadêmico não seja consumido sem que se reverta em informações imprescindíveis para que o setor se cristalize, no país, como um dos maiores geradores de emprego e renda, aspectos não apenas desejáveis, mais fortemente requeridos, em particular, no caso de países emergentes como o Brasil.

2 Revisão Bibliográfica

O desenvolvimento tecnológico e o avanço da economia globalizada provocaram a redefinição do papel dos cursos superiores na formação do profissional em vista da necessidade de acompanhar a evolução tecnológica que define o mundo contemporâneo. Os cursos profissionalizantes com conteúdos baseados em práticas estabelecidas, materializadas pelo mercado, e implantados a partir dos anos 1970 consolidando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996³, se confrontam atualmente com uma nova realidade na qual o

³ A primeira lei, de caráter nacional, que regulamentou no Brasil a educação estabelecendo diretrizes e bases, foi a de número 4024, promulgada em 1961. Após numerosas reformulações chegou-se ao texto da lei número 5692, de 1971, cujos aspectos mais importantes permaneceram em vigor até 1996. A lei 4024/61 conceituava a educação como o processo formativo que envolve as fases da infância e da juventude, considerando os fins de forma prioritária sobre os meios, incluindo na sua formulação os ideais de liberdade e solidariedade humana. Assim, em sua essência, para a lei 4024/61 a educação comporta duas grandes interfaces: o eu e as circunstâncias, onde a formação do eu participa do significado dos fins, ou seja, a humanização do aluno,

exercício profissional homogêneo não é desejável em um mundo do trabalho caracterizado por rápidas e múltiplas transformações. A velocidade da mudança requer visão pedagógica circunstanciada, que incentive os educandos à investigação, habilitando-os para o processo de educação continuada que se impõe como modelo nesse início do século XXI.

O processo de educação continuada exige que a graduação se transforme lócus de construção/produção do conhecimento, em que o aluno atue como sujeito da aprendizagem. A educação para o século XXI requer a iniciação na prática de pesquisa que permita ao aluno desenvolver processos teóricos de investigação da realidade, utilizando informações de forma seletiva. Para isso é fundamental a integração dos diversos níveis de ensino, em especial da graduação com a pós-graduação (LUCKESI, 1994).

Os programas de pós-graduação lato senso integram o processo de educação continuada dos futuros profissionais enquanto os de estrito senso se direcionam, na maioria dos casos, à formação de professores de graduação e pós-graduação com a necessária perspectiva científica, indispensável para a produção do saber.

O aprender e o recriar permanentemente, ou o aprender a aprender, conceito pedagógico derivado dos desafios vivenciados na sociedade contemporânea, não se esgotam no campo de introdução à ciência ou aos métodos de produção do saber. Todo o saber é contextualizado historicamente, assim como toda atividade profissional humana se dá em contexto social, configurando que o papel da universidade situa-se entre os interesses mais estreitos da sociedade tecnológica e a contingência ética da necessidade de integração de todos ao patrimônio dos bens e da cultura produzidos por uma sociedade.

O processo pedagógico caracterizado com “aprender a aprender”, neste contexto, inclui igualmente o pólo da extensão universitária, aquele que se desenvolve em parcerias com grupos sociais no âmbito da sociedade que integra cidadãos. Trata-se do ensino e da pesquisa articulados com as demandas sociais.

De acordo com Dencker (2005),

“a pesquisa realizada com o objetivo de melhorar o ensino deveria ser não apenas uma das funções mais importantes da universidade, como também

enquanto as circunstâncias influem na ordem dos meios, dizendo respeito a aspectos temporais e topológicos. A lei 5692/71 manteve em seu texto a essência dos princípios da lei 4024/61 no que se refere à priorização do eu essencial relativamente aos processos circunstanciais. Aparentemente, a lei 9394/96 reduziu de modo expressivo o foco na humanização, base dos textos das leis 4024/61 e 5692/71. Com isso, os meios assumiram papel prioritário em relação aos fins, vinculando a educação ao circunstancial, voltando-a para a inserção social dos indivíduos, realizada por meio da incorporação necessária ao mercado de trabalho, relegando a um segundo plano a humanização da vida.

uma de suas prioridades. Modernizar o ensino não significa ampliar o suporte tecnológico oferecido, construir prédios, investir em computadores, ferramentas de educação à distância e instalações sofisticadas, embora isso também seja desejável. Embora nem todos os que atuam em uma universidade precisem necessariamente ser pesquisadores é importante que o pequeno número daqueles professores e alunos que possuem o gosto e a capacidade de desenvolver pesquisas científicas possam ter como prioridade o aprimoramento e cultivo dessa capacidade”.

Ainda que aparentemente não haja tradição de pesquisa nos cursos de turismo e hotelaria (talvez pela pouca idade dos cursos), esta atividade, assim como nos outros cursos de graduação, foi incentivada e valorizada pela instituição já que a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, de caráter nacional, que rege a Educação no Brasil faz disposições sobre a prática de pesquisa na graduação. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional define como fins da educação superior:

(...) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e das pesquisas científica e tecnológica geradas na instituição.

Na definição de diretrizes curriculares a Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC recomenda que sejam observados alguns aspectos importantes, entre eles: “Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios”.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

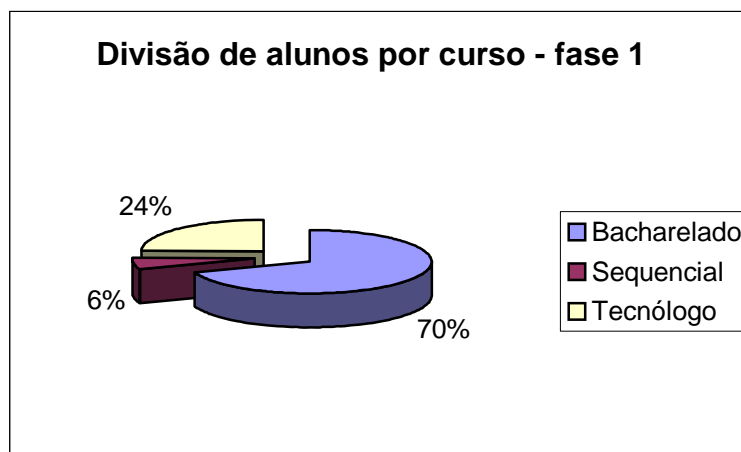
IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

Para chegar aos resultados finais, este trabalho de pesquisa foi dividido em duas fases. A primeira, realizada em 2004, como parte do conteúdo da dissertação de mestrado da autora, se constituiu da aplicação de questionário com amostra aleatória de 49 alunos dos cursos de graduação (tecnologia, seqüencial ou bacharelado) em hotelaria, de Faculdades da cidade de São Paulo. Um dos objetivos foi verificar se os graduandos tinham intenções de seguir carreira acadêmica e/ou de pesquisa.

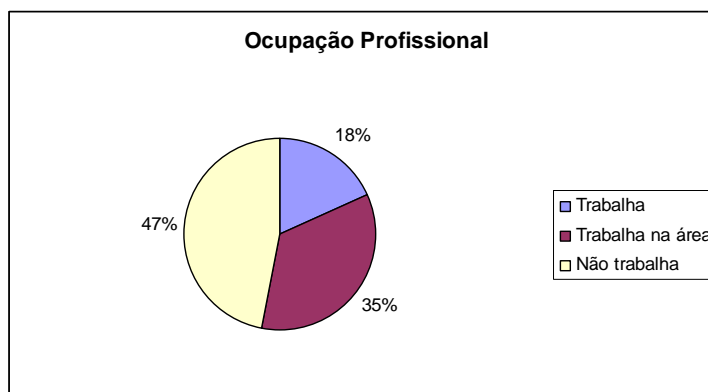
A segunda etapa, realizada em 2007, contou com a aplicação de questionário entre graduandos e graduados dos cursos de Turismo e Hotelaria de Faculdades do Estado de São Paulo. Seguindo a mesma sistemática anterior, a amostra de participantes foi escolhida aleatoriamente. O objetivo é ter uma idéia mais abrangente a respeito da relação entre os alunos dos cursos em questão e a pesquisa/atividade acadêmica. Para isso foram usadas questões como: “Durante a graduação você participou de atividades de pesquisa acadêmica?” e “se não, quais foram as barreiras encontradas para fazê-lo?” As respostas a estas e outras perguntas deram origem aos resultados que serão apresentados a seguir.

4 Resultados Obtidos

Na primeira etapa da pesquisa, o questionário foi respondido por 49 alunos dos cursos superiores em Hotelaria. Desses alunos, 34 cursavam o bacharelado, 12 o tecnólogo e 3 o seqüencial.



Questionados sobre a atividade profissional na época, 35% já trabalhavam no ramo hoteleiro como mostra o gráfico abaixo:



Foi interessante notar que apenas 10 dos alunos (ou 20,4%) pagavam por seus estudos⁴. O restante tinha sua faculdade paga pelos pais ou parentes. Nota-se aqui que nenhum dos entrevistados tinha bolsa de estudos.

Quanto à questão de estágio profissional, 32 dos entrevistados já realizaram ou estavam realizando atividades como estagiários.

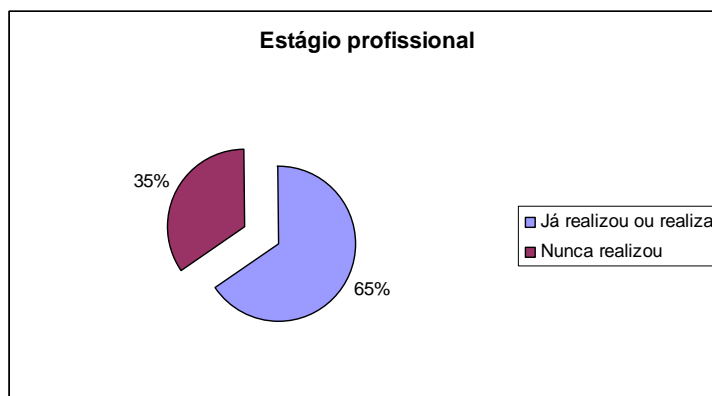
⁴ Todos os entrevistados são estudantes de escolas particulares.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007



Os alunos entrevistados foram questionados sobre as perspectivas profissionais para um futuro de cinco anos após a formatura. Como se tratou de uma questão aberta, as respostas foram bem diferenciadas, mas um cargo de gerência aparecia como desejo de 26,2% das alunas e 57,1% dos alunos. Áreas como Alimentos e Bebidas, e Eventos apareciam como as preferidas dos pesquisados.

Vale destacar, como um dos dados mais importantes desta pesquisa, que apenas um dos participantes da pesquisa (2%) dizia querer seguir carreira acadêmica (pesquisa e docência). Este dado pode ser preocupante se verificada a quantidade cursos de turismo, hotelaria e similares que estão sendo oferecidos em todo Brasil, principalmente no Estado de São Paulo. Segundo ANSARAH, (2002) em 1995 eram 47 deles em todo o Brasil e em 2002 chegavam a 339, dos quais 127 no Estado de São Paulo.

Com este grande crescimento na oferta, é necessário que sejam formados mais docentes preparados para a área, evitando que a qualidade dos cursos deixe a desejar. Essa demanda já está sendo atendida por uma oferta crescente de cursos de especialização lato senso para docentes de cursos de turismo e hotelaria, propostos por várias instituições de ensino.

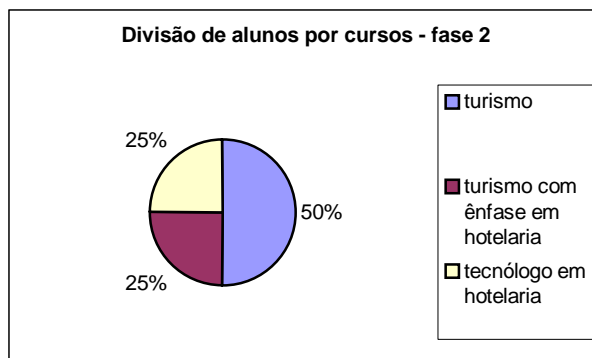
Na segunda etapa da pesquisa o questionário foi respondido por 24 alunos dos cursos superiores em Turismo, Turismo com ênfase em Hotelaria e Hotelaria, distribuídos da seguinte maneira:



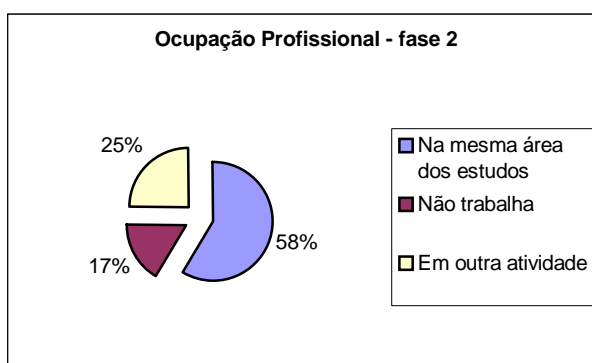
ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

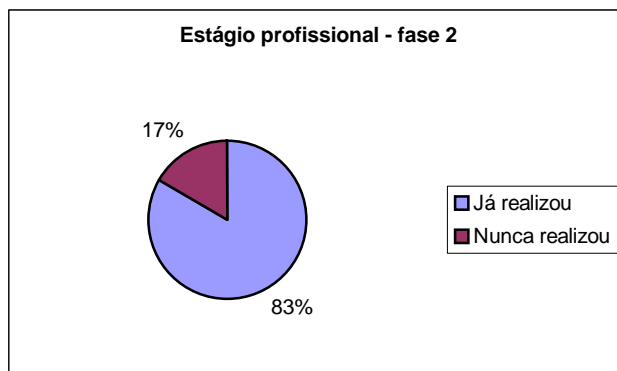


Na Segunda fase, quanto à ocupação profissional, 14 entrevistados trabalham na mesma área dos estudos, como mostra o gráfico abaixo:



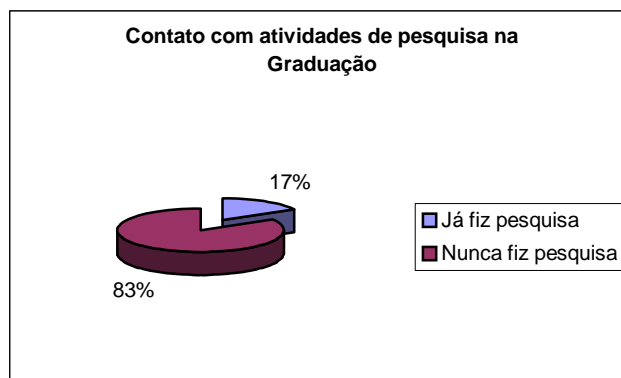
É interessante comparar que na primeira fase 47% dos entrevistados não trabalhavam e agora este número caiu para 25%. Os que continuam trabalhando na mesma área de estudos passaram de 35% para 58% dos questionados. Isto pode querer dizer que mais vagas para profissionais das áreas de turismo e hotelaria têm sido abertas ou ainda que a concorrência esteja menor e mais profissionais da área têm conseguido adentrar ao setor.

O estágio certamente é o momento em que o aluno coloca em prática tudo que aprendeu na graduação e verifica se é aquilo mesmo que ele quer fazer. Em 2007, 20 entrevistados disseram já ter passado por um ou mais programas de estágio. Apenas 4 deles nunca realizaram estágios. Destes 4, 3 ainda estão fazendo o curso, isto é, ainda podem ingressar em algum tipo de estágio.



A porcentagem de alunos que já realizaram estágio passou de 65% para 83% do total de alunos. Este dado pode ser bastante importante no que se diz respeito à decepção com o curso. Como mais alunos conhecem, na prática, o curso que estão fazendo, menor é a chance dele não se realizar com a profissão que escolheu.

Em relação às pesquisas realizadas na graduação, apenas 4 alunos disseram já ter tido contato com esta atividade.



Dos alunos que nunca trabalharam com pesquisa, 75% dizem não ter tido incentivo da Instituição em que estudam e 25 % afirmam não ter interesse pela atividade de pesquisa. Alguns desses alunos sugerem que a Faculdade dê mais incentivo à pesquisa, outros afirmam que quem deve tomar uma atitude em relação ao assunto é o próprio aluno e alguns falam em incentivo financeiro.

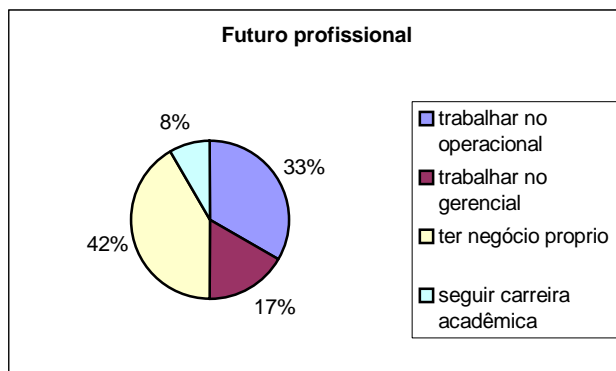
Assim como na primeira fase da pesquisa, os entrevistados foram questionados quanto aos seus planos para um futuro de 5 anos.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007



Como se pode observar, os cargos de gerência não são os mais desejados pelos pesquisados. Aparece aqui um item novo, o negócio próprio. 10 dos 24 pesquisados desejam ter seu próprio negócio relacionado ao turismo e à hotelaria. Vale a pena destacar que, mais uma vez, a carreira acadêmica (docência e pesquisa) é pouco desejada. No entanto, a porcentagem é crescente (em 2004 apenas 2% dos alunos pensavam em seguir carreira acadêmica, em 2007 esse número sobe para 8%). Ainda que seja um pequeno crescimento este número pode representar uma esperança para a qualidade dos futuros cursos de turismo e hotelaria.

Considerações Finais

É sabido que a atividade de pesquisa acadêmica é essencial para o desenvolvimento de uma nação. Sabe-se também da dificuldade de se fazer pesquisa no Brasil. Nos cursos de turismo e hotelaria, apesar de todo um discurso a favor das entidades que regem a educação no Brasil, a pesquisa é pouco incentivada pelas Instituições de Ensino o que acaba gerando nos alunos pouco interesse para esse tipo de atividade. Nesses cursos pouco se ouve falar de iniciação científica, bolsas de auxílio à pesquisa e outros assuntos relacionadas a esse tema. A educação de qualidade, no entanto, está intimamente ligada a atividades de pesquisa que, infelizmente, têm sido negligenciadas por grande parte das Instituições de Ensino Superior, em especial as particulares. Eventos, como o aqui organizado pela ANPTUR, devem ser entendidos como uma significativa contribuição para o preenchimento de importantes lacunas no assunto. E, finalmente, um dos resultados que dele se pode esperar é a efetiva contribuição para reduzir as dificuldades para garantir a qualidade do ensino oferecido, com conseqüências negativas para os egressos em sua busca por espaço no mercado de trabalho, cuja competitividade deve ser enfrentada com o adequado preparo, a partir do curso de graduação.

Referências Bibliográficas

ANSARAH, Marília. **Formação e Capacitação do Profissional em Turismo e Hotelaria**. São Paulo, ALEPH, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Promove a descentralização e a autonomia das escolas e universidades, além de permitir a criação de um processo regular de avaliação do ensino brasileiro. A LDB promove a autonomia também, dos sistemas de ensino e a valorização do professor e do magistério. Disponível em <http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acessado em 12 de janeiro de 2004.

CRUZ, Carlos Henrique Brito. **A Universidade, a Empresa e a Pesquisa**. Anais do Seminário “Brasil em Desenvolvimento”, 10/2003, publicado em 2004, Rio de Janeiro, 34p.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **A renovação no ensino e pesquisa em turismo e hospitalidade**. Trabalho apresentado ao NP 19: Comunicação, Turismo e Hospitalidade-Intercom 2005.

LAHR, Maria Cristina Zerbo Rocco. **O Profissional em Hotelaria: uma abordagem exploratória de sua formação**. Dissertação de Mestrado em Hospitalidade – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo, Cortez, 1994.

Fontes eletrônicas:

Diretrizes Curriculares Para os Cursos de Graduação. Disponível em <http://www.mec.gov.br/sesu/diretriz.shtm>. Acesso em 12 de janeiro de 2004.